

## FILOSOFIA POLÍTICA NO BRASIL: UMA CONFRONTAÇÃO TARDIA?

*Adriana Delbó*

Professora na Universidade Federal de Goiás. Possui Pós-doutoramento pela Universidade de São Paulo (USP). Doutora em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas. Possui Mestrado em Filosofia (Pontifícia Universidade Católica de Campinas) e Graduação em Filosofia (Pontifícia Universidade Católica de Campinas).

*Guilherme de Freitas Leal*

Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em Filosofia pela Universidade de Goiás e Bacherel em Filosofia também pela Federal de Goiás (UFG)

**Resumo:** No Brasil, o medo decorrente da crescente repressão policial deu lugar ao medo da infecção pelo vírus. O espaço público tornou-se esvaziado. Não só ele. A política perde poder para a urgência de um funcionamento suficiente para o enriquecimento por meio de cargos políticos. A política no Brasil foi ainda mais desmoronada quando parcela da população pede para que fiquemos em casa. Nenhuma outra opção foi requerida. Isso já é sinal da derrocada da vida política. Quem segue ocupando as ruas? Quem não tem casa para onde ir. A miséria demarca ainda mais a divisão entre quem pode e quem deve morrer e quem pode seguir vivendo. À luz de alguns nomes da Filosofia Política, algumas análises da política moderna e contemporânea são trazidas para se pensar o livre trânsito para a pandemia do COVID-19.

**Palavras-chave:** COVID-19, filosofia política, espaço público.

**Abstract :** In Brazil, the fear of growing police repression has given way to the fear of virus infection. Public space has become empty. But not only. Politics loses power to the urgency of operation sufficient enough to allow the enrichment of public office. Politics in Brazil has collapsed even more when part of the population asks us to stay at home. No other option has been requested. This is already a sign of a flop in political life. Who remains occupying the streets? Who doesn't own a home. Misery demarcates even

furtherly the division between who must die and who can stay alive. In the light of some names in Political Philosophy, some analyses of modern and contemporaneous philosophy are brought up to think over the free transit to the COVID-19 pandemic.

**Keywords:** COVID-19, political philosophy, public space.

Em tempos de isolamentos e de relações de amizade forçosamente à distância, uma foto com uma amiga, ambas usando máscaras, parece até ser bem atual e uma imagem muito bem avaliada. Entretanto, já se foram três anos e as máscaras outrora usadas eram para se proteger de gás lacrimogêneo lançado pela polícia contra manifestantes nas ruas do Palácio do Planalto, em Brasília (Brasília-DF). Trata-se de um tempo que até parece já muito ser passado, de tanto que precisa ser para amanhã.

Deu-se quando manifestantes ainda iam para o Palácio do Planalto, protestar. Sabiam que correr da polícia seria inevitável. Chegar às manifestações com máscaras já era inusitado, pois o mais comum era elas serem retiradas na estrada, quando os ônibus eram parados pela polícia e tudo o que significasse proteção aos manifestantes era abruptamente recolhido. O direito à manifestação existia, mas se proteger dos ataques da polícia não o era. Mais espantoso, no entanto, era ouvir uma líder sindical não entender o que se passava quando uma estudante, gritando, recomendava: "jogral!". Afinal, gritar no microfone era uma tradição mais corriqueira. Outros gritos ainda não eram reconhecidos dentro do próprio movimento, porque tolhimentos ocorriam a passos largos e se fixavam sem incomodarem a tantos. Tão espantoso também era ver o caminhão de som dos movimentos abandonarem as manifestações deixando à deriva as manifestantes e os manifestantes, porque, afinal, já tinha desfilado o suficiente, já estava na hora de ir embora... Se alguns ônibus de manifestantes ainda nem tinham chegado de viagens longas e cansativas até a chegada à Brasília? Nada a fazer! Os protestos de ruas têm protocolos! E não é só pedir autorização para a polícia!

Tempos de ontem, limitados, agora ridículos, mas de certo modo indispensáveis para uma democracia ainda recém parida a fórceps e com o sacrifício de muitas vidas. E quem diria que já deixariam saudades! Três anos se passaram e um absurdo bem mais perigoso para tal democracia foi generalizado e aclamado: "fiquemos em casa!". Em tempos de COVID-19, ocupar as ruas, mostrando posicionamentos políticos em relação aos modos como se dá o gerenciamento do país passou a ser impossível. Se antes, ir para

as ruas já era algo arriscado e assumido apenas por quem não se imobilizava pelo amedrontamento causado por cacetes em cabeças de estudantes, gás lacrimogênio generalizado, spray de pimentas covardemente disparado diretamente nos olhos, perseguição da cavalaria da polícia, desproporcional ao número de manifestantes, prisões descabidas e com abusos de autoridade, agora o inimigo era invisível e frágil: um vírus que poderia ser combatido com água e sabão. Uma recomendação de cunho emergencial adquiriu um poder político imensurável. A ordem “Fiquem em casa!” não precisou ser dada pela polícia, não precisou ser gritada nem no microfone, nem por meio de “jogral”. Disparada pelas redes de comunicações, ela alterou a vida de todos que imediatamente puderam obedecer. As campanhas para tanto também ocorreram em alta velocidade, tecnologia e performatividade. Um resultado imediato é que a proteção contra a pandemia foi legada às famílias, às cidadãs e cidadãos “de bem”. Cada qual que se responsabilize para não ser contaminado e não contaminar a ninguém e, para tanto, “ficar em casa” foi a recomendação de especialistas e leigos. Recomendação aceita, desejada, mas também ignorada. Diante de uma pandemia, há quem seja rapidamente tomado pelo medo, há quem prefira seguir se preocupando com as questões econômicas mais urgentes, há quem não possa deixar de se ocupar com a sobrevivência mais básica da existência, desacreditando e/ou ignorando as recomendações em nome de seguir os esforços para sozinho manter-se vivo.

Obedecer à ordem “ficar em casa” é privilégio. Dentre os que assim o fizeram, alguns foram forçados por não terem mais a possibilidade de exercerem as atividades de trabalho que bancavam seus meios de sobrevivências: feirantes e outros tipos de comerciantes, por exemplo. Entretanto, o transporte público denuncia a quantidade de pessoas que não pode ficar em casa e que seguiu ficando exposta ao vírus. Isso diz de antigas formas de organizações sociais que seguem funcionando e, eficientemente, dividindo quem tem direito a seguir vivendo e se protegendo, e quem pode ser mais exposto às doenças e à morte. Foucault escreveu muito sobre isso. Agamben segue escrevendo. Mas a quem importa o que os filósofos escrevem? Será que escrevem para que o mundo pudesse aprender algo com eles, ou seus escritos e falas seguem restritas aos ambientes nos quais as pesquisas são feitas, e ali permanecem por interessarem no máximo a quem as realizam? São grandes as expectativas em relação às pesquisas pela vacina contra o COVID-19. Mas quais são os interesses (e por parte de quem) pela doença que já condenava à morte parcela significativa da população? Quanto mais fechada se

mantém a circunferência das elaborações intelectuais, menos elas se tornam saberes. Mas quem se importa com suas inutilidades e com suas sequelas?

As diversas campanhas de solidariedade aliviam a culpa da sociedade diante da organização e higienização que ela fortalece e sofisticada. De modo que a pandemia do COVID-19, se em algum momento e em algum lugar longínquo foi um problema de saúde pública, imediatamente ganhou o status de oportunidade política para fortalecimento da divisão internacional entre quem pode seguir vivendo e quem deve seguir morrendo, dando sua contribuição à economia mundial enquanto a rainha soberana da política. Por isso ela passa a configurar um problema de ordem política enfrentada isoladamente por cada uma e cada um. Cada qual conforme o que lhe é possível. O grito pode até não ser ouvido, mas é garantido pelas redes: "fiquemos em casa!". E não faltou quem imediatamente aclamasse pelo isolamento. Tanta mobilização contra qual perigo? Um vírus, que poderia ser derrotado com água e sabão. E quem não entrou nessa "neura" revela o lugar onde foi colocado na organização da sociedade – lugar de quem sempre pode ser deixado à morte.

Um dos primeiros filósofos a sistematizar o funcionamento do Estado Moderno pela divisão entre aqueles que são cuidados para que sigam vivendo e aqueles que serão abandonados para que morram, foi Michel Foucault. Em seu livro *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*, por exemplo, ele explica isso. Trata-se de formas de abandonos para fazer morrer. Se anteriormente, no funcionamento do Estado monárquico, a demonstração do poder soberano estava no poder de fazer morrer (na fogueira, na forca, na guilhotina, por exemplo) e deixar viver, a soberania do Estado moderno se mostra em fazer viver e deixar morrer. Nenhum grau de humanidade aumentado no funcionamento da soberania. Acontece que a vida da população é condição indispensável para o funcionamento do novo casamento do Estado. Se o reinado estava preso ao aumento do território, à conquista de terras, ao poder sobre súditos, o Estado vai se tornando cada vez mais preso ao funcionamento da economia. A população, sua saúde, o número populacional, o número de nascimentos, o índice de mortes e de doenças são de interesse do Estado. Daí as campanhas de vacinação e todo o controle da saúde de um povo. O Estado se preocupa com as condições de vida dos cidadãos porque estes precisam ser mantidos saudáveis para aquilo que neles interessa ao Estado: capacidade de trabalho, capacidade de consumo. O Estado submetido aos funcionamentos da economia tem seus poderes regulados por ela. Por que deixar morrer? Por que há vidas não rentáveis e caras

para serem mantidas. Essas farão partes dos índices de doenças e mortes. Essas ficarão enclausuradas em celas, a mercê das mortes provocadas pelas intrigas entre pares. Ficarão abandonadas às periferias, à mercê da miséria, da guerra entre traficantes, da limpeza “moral”/étnica e classista operacionalizada pelos também moradores de lá, mas tornados policiais, bem como à mercê das guerras raciais. São inúmeras as formas do Estado cumprir sua tarefa de deixar morrer, garantindo a morte de quem precisa morrer. A pandemia do COVID-19 não escapa a tal fenômeno político. Nela, vidas serão salvas e vidas serão descartadas. O critério de seleção teve início desde há muito tempo.

Apesar de todas as informações e excessos de mensagens, vídeos e áudios espalhando desinformações e pânico por meio da rede, há quem não demonstre dar importância à pandemia. Há quem declare que essa história de pandemia seja bobagem, exagero, invenção. Ouviram falar de algo. Mas ficar em casa? Qual? Em que condições? Como, se precisam trabalhar? Há quem siga apenas sobrevivendo, sem poder pensar em isolamento, sem intensificação dos cuidados com a higiene e sem aumentar a distância das outras pessoas. E isso, não só as pessoas que sofrem com a falta de distribuição de água que impossibilita lavar as mãos, ou as pessoas encarceradas e já abandonadas às doenças e assassinatos no sistema penitenciário. Também aquelas que de outros modos já estavam abandonadas à própria sorte. A miséria aprofunda a vala que separa quem mais tem probabilidade de ser contaminado pelo vírus e sequer conseguir ser atendido pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e quem terá oportunidade de seguir sendo beneficiado pela meritocracia que defende, sem sequer perceber o ponto de saída extremamente avançado do qual partiu em disparada, impulsionado pelo trabalho daqueles que continuaram lá atrás imobilizados.

Foucault, no livro *Nascimento da Biopolítica* analisou a pobreza absoluta, “esse limiar abaixo do qual se considera que as pessoas não têm uma renda decente capaz de lhes proporcionar um consumo suficiente” (FOUCAULT, 2008, p. 282), como algo relativo a toda sociedade, funcionando como limiares distintos de sociedade para sociedade. Entretanto, podemos pensar se, em alguns países como o nosso, e outros talvez ainda mais, a pobreza absoluta, não é um modo absoluto de forma de existência. E, neste sentido, se as pessoas em situação de rua e vendedores ambulantes, por exemplo, não estão em circunstâncias de acesso às condições para ingresso no “patamar necessário do jogo”, esse “imposto negativo”, para evitar a políticas socialistas, talvez não se faça necessário nestas circunstâncias nas quais estas mesmas são únicos modos de tentar

alcançar alimentos para o dia a dia. Assim, para aqueles muitos que estão na rua, a pandemia chega sem ser nomeada, sem que qualquer campanha os atinja. Ela chegará já matando. Neste sentido, não é de se estranhar que sequer saibam a respeito do que tem se passado fora ou dentro das casas, pois do local escolhido para os confinamentos, eles pouco sabem, ou nunca tiveram acesso. Do depoimento deles se ouve: “essa doença deve ser doença de rico”<sup>1</sup>.

Onde a política do bem-estar não avançou por tempo considerável, tal como no Brasil, onde os empresários de si mesmos aumentam sem que isso signifique uma contínua diminuição da miséria, a “pobreza profunda” e contínua faz às vezes da segregação necessária daqueles que serão deixados à morte. São distintos grupos que não querem que o País pare, não porque o movimento da economia lhes seja igualmente favorável, porque há quem sequer seja consumidor e, a despeito da pandemia COVID-19, provavelmente nunca venha a ser. Mas estar nas ruas, com as atividades que nelas se dão, seja o que garante a comida de cada dia – seja revirando lixos, seja pedindo esmolas para as pessoas que ali circulam. As ruas são lugares de circulação de moedas, de economia, de comida, de produtos. Paralisá-la politicamente é indispensável. Mas paralisá-la enquanto lugar de circulação e de realização do comércio é incompreensível do ponto de vista de quem depende única e exclusivamente disso. O imenso grau de distância entre quem negocia e quem sobrevive de restos não deixa de manter próximo ambos os tipos de grupos dependem das ruas como seus únicos lugares de troca ou de sobrevivência. A economia meramente emergencial, empobrecida de política, seja talvez o efeito mais irônico da economia política. O futuro do País é bem curto por estar condenado a enriquecimento restrito, algo já muito distinto de quaisquer concepções de política econômica, onde sequer especialistas em economia ou em política se fazem relevantes.

A pandemia do COVID-19 compõe sintomas de uma doença de status político-econômico bem mais grave do que o próprio vírus. Se um período indeterminável deverá ainda transcorrer para a vacina contra ele ser uma realidade, não há cômputo do tempo necessário para combater o tipo de economia soberana, tirânica, extremamente moderna e contemporânea que lançou a política ao reducionismo de cargos para enriquecimentos momentâneos. Quaisquer políticas que seriam necessárias para dar poder à vida de tantos

---

<sup>1</sup> Fala de pessoa em situação de rua a grupos de ajuda que distribuem alimentos e informações sobre o COVID-19 nas ruas da cidade de Goiânia-GO.

moribundos que sustentam vidas vampirescas não terão tempo para serem gestadas. E se a circunstância atual do contexto COVID-19 tem qualquer semelhança com ficções científicas e/ou de terror não é pura coincidência. Tratam-se de laboratórios, de estúdios, de personagens, de estudos, de ensaios, de estratégias, de cenas, de figurantes, de personagens coadjuvantes e principais que compõem uma situação que há muito avança, contribuindo na derrocada da política democrática e a favor da economia tirânica, embora com uso de vocabulário estratégico familiar à democracia.

Entretanto, a resposta a uma questão elementar não é agradável: a quem resta qualquer tanto de poder nesta circunstância? A ausência de poder é tão grave quanto seus detentores anteriores. Os empresários pedem para que “o País não pare”; o trabalhador, cuja sobrevivência é totalmente dependente da atividade remunerada por este tipo de empresário, reverbera a mesma reivindicação. O trabalho remoto é para bem poucos e é pura obediência a burocracias. O presidente da República pede para que o “País não pare”. Ele mesmo já não se associa ao governo zelador da saúde da população, porque nesta o número de trabalhadores saudáveis já importa bem menos. O Estado e o governo já compõem uma relação estranha, quando o governo e o ordenamento já são estranhos entre si. O tempo de vida da economia que prevalece também é curto, porque é o tempo da mera administração interessada. De escrava da economia, a política parece ter passado a ser a oportunidade momentânea para cargos de enriquecimentos emergenciais. Se um processo social era necessário para levar adiante a contribuição para um ou outro tipo de política, agora ele se faz dispensável. Os cargos são suficientes. Não há futuro à vista. Um lugar adiante não existe. Manter conquistas é suficiente. O apocalipse chegou e para muitos não gera medo, porque os salvos aguardam seguros por outras esferas nas quais suas vidas estão asseguradas e bem quistas pelo tanto que neste mundo já alcançaram de prosperidade.

Tempo funesto esse quando o máximo do heroísmo se faz no isolamento, pelo isolamento, quando há campanhas para fazer isolamento, quando as máscaras são não só permitidas, quanto confeccionadas e distribuídas, quando aprender a como aproveitar o maldito tempo do isolamento é o ensinamento mais procurado. A ideia de comunidade política já agonizava no leito de morte. O poder do povo já era balela. Eleições com voto obrigatório, com voto comprado, e por fim, eleição com fake news. O poder já estava totalmente concentrado de um único lado. O medo já vinha fazendo efeito por meio da atuação da repressão policial. A pandemia do COVID-19 deu maior poder ao medo.

Mas como um vírus que pode ser combatido com água e sabão pode ser tão forte? Bastou deixar uma pandemia, absolutamente prevista, se alastrar. Nenhum retido no aeroporto. Até quem viesse da Conchinchina estava livre para entrar. Quantos testes seriam necessários para os viajantes que estivessem chegando? Quanto tempo precisariam aguardar? “Coitados!” Ficariam “presos” nos aeroportos por quanto tempo até a chegada do teste? E o direito de ir e vir? Oh, quantos advogados seriam chamados! Mas quantas pessoas já não deixam de viajar por causa de uma vacina que deixaram de tomar? Quantas pessoas não ficam retidas nos aeroportos por quaisquer motivos que as autoridades dali decidam que são motivos? A biopolítica teve seu poder ainda mais alterado, mas não diminuído, em tempos de COVID-19. A necropolítica teve seu poder liberado, intensificado. Um vírus pode livremente entrar. Nada foi feito. Nem poder político interno, nem poder político externo se colocaram, se mobilizaram. A soberana economia ainda seguia com administração política suficiente. A suficiência tem se mostrado seu modo absoluto de reinar. Qual a opinião e recomendação dos especialistas a respeito do COVID-19? Bobagem! Especialistas e política já formam um casamento falido e cada vez mais desnecessário. E os especialistas, os cientistas, os doutores ficaram desamparados, sem pensão, sem direitos. Nada podem fazer. Mesmo antes da bandeira “fique em casa”, iriam ocupar as ruas, ou qualquer outro espaço público, para reivindicarem a importância que têm como elaboradores de saberes relevantes para o funcionamento da sociedade? Ou não se consideram pertencentes à classe trabalhadora, para poder ocupar ruas, gritar, levantar bandeiras, protestarem? Têm vergonha ou coragem para tanto? Desde quando? Desde quando os intelectuais ocupam as ruas? Quem são os intelectuais engajados? Sabem ler, escrever, pesquisar. Mas para eles, lutar é possível? Como? Ou se trata de algo vergonhoso? Ou, para eles, lutar se contrapõe ao intelectual e ao comportamento que têm a zelar, ao currículo que precisam cuidar? A militância não combina com seus paletós? Em relação ao que significa a pandemia do COVID-19, não foram chamados a opinar. Há muito tempo teve início a desprezo por eles, como se nada tivessem a dizer. Teriam? Seriam compreendidos? Há quanto tempo falam só para si mesmos?

Nada foi feito. Deu-se entrada livre ao vírus. Ele transitou com facilidade entre um país e outro. E não por falta de conhecimento sobre seus perigos. Descaso político? Em absoluto! Estratégias biopolítica (Foucault e Agamben) e da necropolítica (Mbembe), da política da vida e da morte que mantém vidas absolutamente restritas, comportadas e

administradas. O medo da morte é estratégia política. O número de mortes também. Nós, que pedimos por nossa limitação, que exigimos para que “fiquemos em casa”, somos exemplos disso. Nenhuma outra estratégia foi buscada. Nenhuma outra foi sugerida. Nenhuma foi reivindicada. Agamben se posicionou recentemente questionando o porquê aceitamos com tanta facilidade a recomendação para ficarmos em casa. Por que essa prisão nos pareceu tão cômoda? As previsões a respeito da pandemia de nada serviram. Os especialistas não foram muito considerados. Um slogan contagiou a todos. E todos aceitaram e pediram pelo mesmo. O direito de ir e vir, tão acionado pela classe média em qualquer circunstância de limitação a suas liberdades de locomoção, não foi sequer mencionado. Em relação a isso, os advogados seguem sem terem seu trabalho acionado. A imobilidade se instaurou e só foi mexida um milímetro, para que pelas redes fosse fortalecida a campanha “fique em casa”. Se politicamente nada foi feito, deixemos que nós façamos, nós os poderosos trancafiados dentro da própria casa. Servidão voluntária?

Enterrar seus próprios entes queridos? Esse direito antigo sofre alternâncias conforme as circunstâncias da ocorrência da morte. Nestas circunstâncias, até ele está suspenso. No lugar do direito o que é aclamado é a imobilidade. “Fiquemos em casa!”. E se se sofre com isso, a terapia à distância pode ajudar. Até mesmo o sofrimento do enclausuramento voluntário foi preferido. Estar em casa é o mais seguro. O cuidado contra a pandemia é um cuidado privado. E por meio dele que cada um contribui para que vagas nos hospitais sejam reservadas a casos mais necessários. É por meio dele que cada um faz a sua parte. Nenhum poder político. Nenhum poder dos especialistas. A capacidade de compaixão simula poderes individuais. Mas quais poderes individuais, se o lar tornou-se a própria prisão? O tempo está liberado. Todo o tempo para cuidar deste evento político pela falta de política. Todo o tempo para trabalhar ainda mais do que já trabalhava, por ter então todo o tempo disponível para o trabalho e poder aproveitar o tempo para todo o trabalho que até então não tinha tempo. A submissão do indivíduo àquilo que para ele teria sido feita (a sociedade), para sua proteção, ganha proporções inimagináveis. De dentro da própria casa ele se protege para protegê-la. Ninguém mais é por ele. E ele aclama: “fiquemos em casa!”. Imediatamente ele aderiu à campanha. Até porque, quando ela se faz necessária, seu poder para qualquer ação ou mesmo para qualquer outra mísera atuação já estava neutralizada. O que ele tem de melhor a fazer é “ficar em casa”, esse lugar onde o privado toma conta de si mesmo. Mas que, no entanto, ele já desde o início de sua vida, ele aprendeu que corresponde à vida pública. Se Hannah

Arendt também nos ensinou diferente? Se Hannah Arendt problematizou os perigos da mistura entre o público e o privado? Entre a condução da casa para a esfera política e, por causa deste movimento, a derrocada da política? Mas Hannah Arendt? “Quem é essa mulher?” Não seria mais uma, que por ser mulher deveria ter se calado?

Oremos: "fiquemos em casa!". O poder do medo é o mais poderoso dos poderes. Um vírus muito mais forte do que qualquer ser humano de qualquer sociedade das mais tecnológicas, porque qualquer ser humano sem política é ser humano sem poder. E a foto com a amiga? Bobagem. A amizade e a política é um par defendido por Hannah Arendt. Coisas da Filosofia. E para que nos serve a Filosofia? A ciência nos salvará. A tecnologia até lá, nos entreterá.

### **Bibliografia**

AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. São Paulo: Boitempo, 2004.

ARENDR, Hannah. As Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, instrumento de poder. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1975.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A Vontade de Saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979); edição estabelecida por Michel Senellart sob direção de François Ewald e Alessandro Fontana; tradução Eduardo Brandão; revisão da tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008a. (Coleção Tópicos)